



REDE DE  
**OBSERVÁRIOS  
DA SEGURANÇA**

**PELE-ALVO:**  
A COR DA  
VIOLÊNCIA POLICIAL

REBELIÃO  
NEGRA

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania





**PELE-ALVO:**  
A COR DA  
VIOLÊNCIA POLICIAL

**REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

**Coordenação do CESeC**

Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci  
Sílvia Ramos

**Coordenador adjunto**

Pablo Nunes

**EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA****Coordenadora geral**

Sílvia Ramos

**Coordenador de pesquisa**

Pablo Nunes

**Coordenadora de comunicação**

Juliana Gonçalves

**Pesquisador**

Jonas Pacheco  
Pedro Paulo da Silva

**Articuladora e pesquisadora**

Bruna Sotero

**Assistente de Comunicação**

Amanda Pinheiro

**Designer**

Renato Cafuzo

**Gerente**

Ana Paula Andrade

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA**

Dudu Ribeiro  
Luciene da Silva Santana

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ**

Ana Letícia Lins  
Cesar Barreira  
Ricardo Moura

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO**

Luiz Eduardo Lopes da Silva  
Thiago Brandão Lopes

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO**

Dália Celeste  
Deila Martins  
Edna Jatobá

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ**

Elton Guilherme  
Lila Cristina Xavier Cruz  
Maria D'alva Macedo Ferreira  
Marcondes Brito da Costa

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO**

Bruna Sotero  
Itamar Silva  
Pedro Paulo da Silva  
Sílvia Ramos

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO**

Bruno Paes Manso  
Francine Ribeiro

**ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)  
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPd)  
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)  
Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)  
Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)  
Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens - (UFPI)  
Rede de Estudos Periféricos - (UFMA/ IFMA)

**PARCEIROS NA COLETA DE DADOS**

Fogo Cruzado  
Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
Monitor da Violência

**FALE COM A GENTE**

rededeobservatorios@gmail.com  
Twitter: @rede\_seguranca  
Facebook: @rededeobservatorios  
Instagram: @redeobservatorios

**APOIO**

FORD FOUNDATION

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213  
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Pele-alvo [livro eletrônico]: a cor da violência policial / Sílvia Ramos...[et al.]. -  
Rio de Janeiro : CESeC, 2021.  
10 mb

Vários autores: Juliana F. Gonçalves, Dudu Ribeiro, Pablo Nunes, Pedro Paulo da Silva, Brunna Sotero, Ana Letícia Lins, Ricardo Moura, Luciene Santana, Dália Celeste, Edna Jatobá, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro, Jonas Pacheco, Renato Cafuzo, Amanda Pinheiro, César Barreira, Matheus Bandeira, Marcondes Brito, Elton Guilherme dos Santos Silva, Lila Cristina Xavier Luz, Maria Macedo Dalva Ferreira, Luiz Eduardo Lopes Silva, Thiago Brandão Lopes, Carlito Lins de Almeida Filho, Marcela Castro Barbosa

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-011-8

1. Racismo. 2. Polícia. 3. Violência. 4. Segurança pública. I. Ramos, Sílvia.

II. Título.

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo: Polícia 305.8

<b>PELE-ALVO: A COR DA VIOLÊNCIA POLICIAL</b>	09
<b>BAHIA</b>	
FIM DO MEDO: SOBREVIVER E EXISTIR EM TERRITÓRIO NEGRO VIOLENTADO	14
<b>CEARÁ</b>	
NEGROS TÊM SETE VEZES MAIS CHANCES DE SEREM MORTOS PELA POLÍCIA QUE BRANCOS	17
<b>MARANHÃO</b>	
A COR DOS MORTOS ESTÁ NOS JORNAIS	20
<b>PERNAMBUCO</b>	
DESGRAÇA POUCA É BOBAGEM!	23
<b>PIAUI</b>	
UM GENOCÍDIO EM CURSO	26
<b>RIO DE JANEIRO</b>	
A CULPA É DO PRESENTE DE GREGO	28
<b>SÃO PAULO</b>	
O RACISMO É COTIDIANO, MINEÁPOLIS É AQUI	31
<b>QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS</b>	33



*E como analgésico nós posta que  
Um dia vai tá nos conforme  
Que um diploma é uma alforria  
Minha cor não é uniforme  
Hashtags #PretoNoTopo, bravo!  
80 tiros te lembram que existe pele alva e pele-alvo  
Quem disparou usava farda  
Quem te acusou nem lá num tava  
Porque um corpo preto morto é tipo os hit das parada:  
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada  
[...]  
Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles  
Nega o deus deles, ofende, separa eles  
Se algum sonho ousa correr, cê para ele  
E manda eles debater com a bala que vara eles, mano  
Infelizmente onde se sente o sol mais quente  
O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente  
Quis ser estrela e virou medalha num boçal  
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral  
Um primeiro salário  
Duas fardas policiais  
Três no banco traseiro  
Da cor dos quatro Racionais  
Cinco vida interrompida  
Moleques de ouro e bronze  
Tiros e tiros e tiros  
O menino levou 111  
Quem disparou usava farda  
Quem te acusou nem lá num tava  
É a desunião dos preto junto à visão sagaz  
De quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais*

*(Trechos da música **Ismália**, do rapper **Emicida**)*



Falamos aqui de um racismo declarado que se pratica com a anuência de autoridades e a naturalização de boa parte da sociedade. Diferentemente das políticas governamentais de saúde, educação, cultura e meio ambiente, cuja reprodução do racismo estrutural se sustenta em desequilíbrios, injustiças, omissões e às vezes em sutilezas, as políticas de segurança racistas são explícitas e constroem o imaginário da negritude associada à tendência da criminalidade. Pessoas negras são elementos suspeitos. São inimigos racialmente determinados e que, em um imaginário construído com argumentações racistas, precisam ser eliminados para que supostamente se garanta a manutenção da sociedade.

A construção do inimigo é uma tática que tanto não protege todas as vidas como se orienta para a distribuição da morte territorialmente – como mostramos no nosso relatório de dois anos “A Vida Resiste”. Isso é comprovado com o nosso monitoramento e também pela análise dos números registrados pelas secretarias de segurança que realizamos pelo segundo ano seguido. Nós uniformizamos os bancos de dados – visto que os microdados (informações como cor, sexo, idade e outras variáveis) não são padronizados e cada estado tem um modelo diferente de apresentação – e extraímos algumas estatísticas descritivas.

Este boletim revela o impacto do racismo policial nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. São dados registrados em 2020 e que mostram que mesmo em um contexto de crise sanitária mundial o racismo não dá trégua e, pelo contrário, mata ainda mais, tanto por vírus como por tiro. As crianças João Pedro, Juan Ferreira, Emily e Rebecca são alguns desses “inimigos” abatidos pelas forças do Estado.

Em Salvador, Recife e Fortaleza todas as pessoas mortas pela polícia no último ano são negras. No Piauí, estado que passou a integrar a Rede de Observatórios há poucos meses e aparece pela primeira vez em uma das nossas análises, quase a totalidade das vítimas é negra. Existe ainda a omissão, que demonstra outra face do racismo: no Ceará, por exemplo, muitos mortos não têm a cor declarada e, no Maranhão, o Estado nem mesmo monitora a cor dos mortos pela polícia.

Nossa obrigação, como pesquisadores, ativistas e defensores de direitos, é apoiar com dados, argumentos e incidência nas mídias comunitárias e sociais, os movimentos de mulheres negras e de grupos antirracistas de periferia. São eles e elas que irão mudar as polícias.

MESMO EM UM  
CONTEXTO DE  
CRISE SANITÁRIA  
MUNDIAL O  
RACISMO NÃO DÁ  
TRÉGUA E, PELO  
CONTRÁRIO, MATA  
AINDA MAIS, TANTO  
POR VÍRUS COMO  
POR TIRO

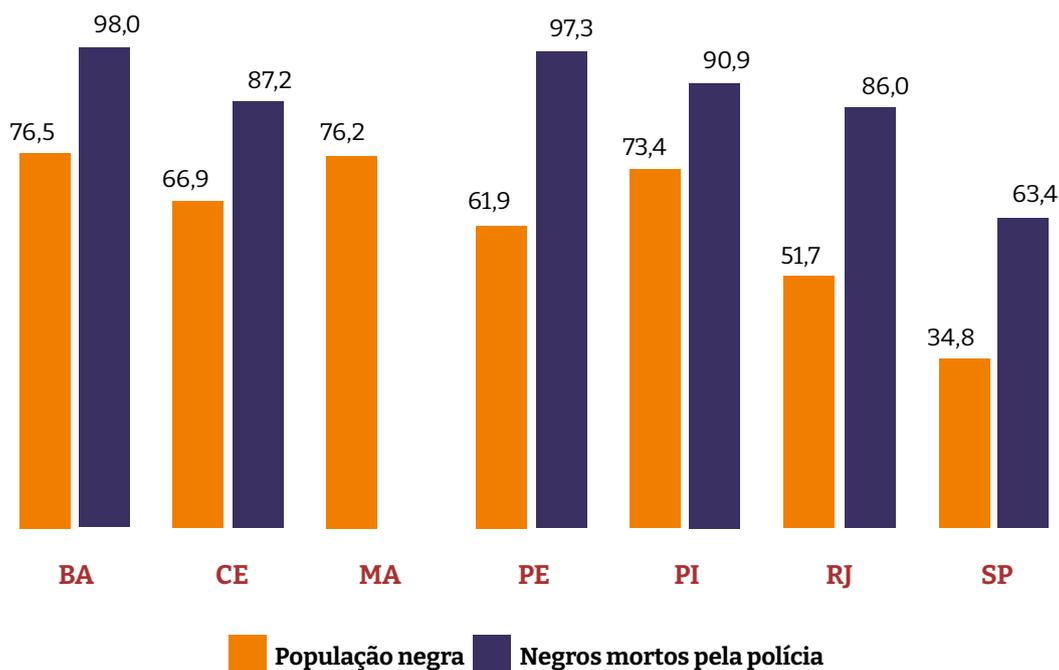




# A PELE-ALVO

Negros são os que mais morrem em ações policiais, independentemente do tamanho da população negra do lugar. Os sete estados que acompanhamos possuem composições raciais diferentes, e em todos é evidente a existência de um alvo racializado das polícias – mesmo no Maranhão, onde o Estado se negou a fornecer dados raciais das pessoas que a polícia matou, isso se evidencia nas matérias publicadas nos jornais.

**População negra e negros mortos pela polícia em 2020 (em %)**



**Número de mortos por agentes de Estado por cor/raça - 2020\***

COR/RAÇA	BA	CE	MA**	PE	PI	RJ	SP
BRANCA	11	5	-	3	3	153	281
PRETA	80	1	-	3	2	341	60
PARDA	515	33	-	106	28	598	428
NEGRA	<b>595</b>	<b>34</b>	-	<b>109</b>	<b>30</b>	<b>939</b>	<b>488</b>
OUTROS	1	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>607</b>	<b>39</b>	<b>97</b>	<b>112</b>	<b>33</b>	<b>1092</b>	<b>770</b>

Fonte: Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação

\* Foram excluídos os casos sem informação de raça/cor

\*\* O estado não coleta dados de raça e cor

O gráfico apresenta a proporção de negros mortos pela polícia e sua proporção na população de cada um dos estados que compõem a Rede. É a imagem mais contundente do racismo que estrutura a atividade policial. Em todos os estados, a presença de negros entre os mortos pela polícia é bem maior do que na composição populacional dos estados, mostrando que a morte pela ponta de um fuzil carregado por um policial atinge de maneira desproporcional os negros em relação aos não negros. Essa diferença entre os negros mortos pela polícia e a proporção de negros na população geral chega a 35 pontos percentuais em Pernambuco, e a menor diferença se dá no Piauí (17%).

**A MORTE PELA PONTA DE UM FUZIL CARREGADO POR UM POLICIAL ATINGE DE MANEIRA DESPROPORCIONAL OS NEGROS EM RELAÇÃO AOS NÃO NEGROS**

Já na tabela, podemos ver a dimensão da violência policial que assola a população negra. Optamos por não apresentar nessa tabela os casos de mortes em que não há informação de cor/raça, porque em alguns dos estados a ausência dessa informação é tão frequente que não nos permite ter noção real do perfil racial dos mortos pelas polícias. Cada número apresentado é uma história, uma vida que se soma a esse montante de mortes que as polícias brasileiras produzem anualmente.

Assim como em anos anteriores, o Rio de Janeiro segue sendo o estado que mais produz mortes em ações e intervenções das polícias. Foram 1.245 mortes no ano de 2020, uma redução de 31% em comparação com o ano de 2019. As medidas de distanciamento físico empregadas durante a pandemia de coronavírus, aliadas à decisão do STF que limitou a ocorrência de operações policiais no estado, contribuíram para a redução observada. Contudo, é importante frisar que, mesmo nesse contexto, o valor é o terceiro maior registro de toda a série histórica.

### Número de mortos pela polícia em 2019 e 2020 e variação

ESTADO	2019	2020	VARIAÇÃO (2020 X 2019)
BA	650	787	21,08%
CE	136	145	6,62%
MA	72	97	34,72%
PE	74	113	52,70%
PI	42	35	-16,67%
RJ	1814	1245	-31,37%
SP	815	814	-0,12%

Fonte: Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação

O segundo estado com maior número de mortes cometidas por policiais é São Paulo, o mais populoso do país. Foram 814 mortes em 2020, o que representa uma manutenção em relação ao valor registrado em 2019 (815). Bahia encerra a lista dos

três estados da Rede com maiores números de violência policial, tendo registrado 787 mortes – um aumento de 21% em relação a 2019. No entanto, o maior aumento foi registrado em Pernambuco, onde o número de mortos pela polícia mais que dobrou de um ano para o outro.

## MORTOS PELA POLÍCIA NAS CAPITALS

### Cor dos mortos pela polícia nas capitais (em % e excluindo os casos não informados)

COR/RAÇA	FORTALEZA	RECIFE	RIO DE JANEIRO	SALVADOR	SÃO LUÍS	SÃO PAULO	TERESINA	TOTAL GERAL
AMARELA	0,0	0,0	0,0	0,0		0,3	0,0	0,1
BRANCA	0,0	0,0	10,3	0,0		30,3	5,9	15,5
NEGRA	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>89,7</b>	<b>100,0</b>		<b>69,4</b>	<b>94,1</b>	<b>89,5</b>
PARDA	100,0	100,0	57,4	95,6		60,9	82,4	70,7
PRETA	0,0	0,0	32,4	4,4		8,4	11,8	18,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretarias estaduais via Lei de Acesso à Informação

As capitais do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia são os três municípios com maior número de mortes registradas em 2020. Foram respectivamente 415, 317 e 203 mortes em cada uma. Além das capitais, cidades das respectivas regiões metropolitanas se destacam, como São Gonçalo, que figura na quarta posição em número de mortos e assistiu no dia 21 de novembro a cenas de mães retirando os corpos de seus filhos que foram deixados em um mangue da favela do Salgueiro. Nessa ocasião, em resposta à morte de um agente, os policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) realizaram operação que vitimou nove pessoas.

Em termos de cor/raça dos mortos, as capitais apresentam números impactantes. Em Fortaleza, Recife e Salvador, todos os mortos pela polícia em 2020 eram pessoas negras. Teresina e Rio de Janeiro chegaram perto dessa marca, registrando respectivamente 94% e 90% de negros mortos pelas polícias. Uma pergunta precisa ser respondida: como é possível explicar essa violência focada na população negra senão pela chave do racismo estrutural?

### OUTRA FORMA DE RACISMO: OMISSÃO DE DADOS

Uma das maiores barreiras para quem tenta entender o racismo no Brasil é a ausência de dados sobre o perfil racial das populações estudadas. Muitas vezes, o registro da cor/raça de alunos, pacientes e beneficiários de programas sociais apresenta falhas, na área da educação, da saúde e da assistência social. No âmbito privado, o

O BRASIL É UM  
PAÍS QUE DISCUTE  
E ENFRENTA  
O PROBLEMA  
DO RACISMO A  
CONTRAGOSTO



problema é o mesmo. Quantos negros e negras trabalham na sua empresa? Quantos estão nos cargos de chefia? Qual é o perfil racial de nossas redações, de nossas televisões, de nossos teatros?

O Brasil é um país que discute e enfrenta o problema do racismo a contragosto. Muito frequentemente, só quando são obrigados – por lei – a preencher o campo “cor/raça”, funcionários públicos e privados o fazem. Claro que é importante mencionar que funcionários seguem os padrões e as orientações de seus superiores e suas corporações. Uma forma de sabermos se um ente público ou privado se importa com o racismo é olhando o cuidado que ele tem com os dados sobre cor/raça

Mas quando se trata de pessoas mortas, a ausência da informação é inadmissível e chocante. Há anos, as certidões de óbitos têm obrigatoriamente, por lei, o campo “cor”, que deve ser obrigatoriamente preenchido, além de nome, sexo, data de nascimento etc.

#### Proporção de casos sem informação de cor/raça em relação a todos os casos informados de mortos pela polícia - 2020

	BA	CE	MA	PE	PI	RJ	SP
<b>NÚMERO DE CASOS</b>	787	145	97	113	35	1245	814
<b>CASOS SEM INFORMAÇÃO</b>	180	106	97	1	2	153	44
<b>PROPORÇÃO (EM %)</b>	<b>22,9</b>	<b>73,1</b>	<b>100,0</b>	<b>0,9</b>	<b>5,7</b>	<b>12,3</b>	<b>5,4</b>

Fonte: Secretarias estaduais via Lei de Acesso à Informação

Analisando o desempenho dos estados na questão de informação de cor/raça dos mortos pela polícia vemos um contraste. Há estados que mantêm suas bases de dados corretamente preenchidas, onde a ausência de dados sobre cor/raça fica em níveis aceitáveis (até 10%), como Pernambuco (menos de 1% dos casos não têm informação), São Paulo (5,7%) e Piauí (5,7%). No outro extremo, se encontram os estados do Ceará (com 73,1% dos casos com dados faltando) e o Maranhão, em que a cor/raça foi informada em nenhum caso.

É espantoso que mesmo estando em 2021, vivenciando todas as discussões sobre racismo no Brasil e especialmente sobre racismo e violência policial, as secretarias de segurança desses estados, que são administrados por gestores ditos progressistas e antirracistas, até hoje permitam que seus funcionários deixem de preencher esses dados, legando à população o obscurantismo da falta de informações sobre a cor da morte produzida pela polícia.

**BAHIA**





# FIM DO MEDO: SOBREVIVER E EXISTIR EM TERRITÓRIO NEGRO VIOLENTADO

Proporção da população e mortes pela polícia por cor  
Estado da Bahia - 2020 (em %)

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	22,0	1,8
PRETA	17,0	13,2
PARDA	59,5	84,8
NEGRA	<b>76,5</b>	<b>98,0</b>
OUTROS	1,6	0,2

O momento que o mundo atravessa aponta para um percurso que torna a vida cada vez mais precária, para o empobrecimento das populações e para o desemprego em alto patamar, além das marcas profundas deixadas nas pessoas, famílias e comunidades pelas perdas humanas para a covid-19. A saída da pandemia aponta para mais problemas agravados do que para as suas soluções.

Nesse cenário, a Bahia, estado que possui como capital a cidade mais negra fora do continente africano, e onde não se encontra esquina, material ou imaterial, que não tenha sido construída com e pelo povo negro, respira debilitada pela perpetuação de um projeto de distribuição de morte, precarização da vida e concentração de riquezas. É o estado com maior percentual de negros entre os mortos pela polícia: são 98%. Em Salvador, todos os mortos pela polícia são negros. Também fica na Bahia a cidade onde a polícia mais mata pessoas negras no país: Santo Antônio de Jesus.

A BAHIA RESPIRA  
DEBILITADA PELA  
PERPETUAÇÃO  
DE UM PROJETO  
DE DISTRIBUIÇÃO  
DE MORTE,  
PRECARIZAÇÃO  
DA VIDA E  
CONCENTRAÇÃO  
DE RIQUEZAS

Na mesma semana em que Kethlen Romeu foi morta, com seu bebê na barriga, pela polícia do Rio de Janeiro, duas outras mulheres negras também morreram nas mãos dos agentes do estado da Bahia no Curuzu, em Salvador: Maria Célia de Santana, de 73 anos, e Viviane Soares, de 40 anos. Elas conversavam na porta de casa quando foram atingidas. E como essa lógica perversa é cotidiana, Viviane era tia do menino Railan Santos da Silva, de sete anos, que foi morto por uma bala da polícia enquanto assistia ao futebol em um campo do bairro. A Bahia tem a polícia mais letal do Nordeste.

Ao longo dos últimos dois anos, a Rede de Observatórios da Segurança tem buscado monitorar, refletir, compartilhar e incidir sobre a questão da segurança pública nos estados em que atua, mas também de colaborar em nível nacional e internacional sobre os temas ligados às violências no território brasileiro. O que temos observado, a partir dos dados e das contínuas reflexões coletivas na Rede e com agentes do território, é a necessidade de se superar uma crise profunda da segurança pública no Brasil, que tem o racismo como motor. E a violência policial é condição central para a perpetuação desse modelo.



A crise de corpos sem nome. A crise dos túmulos em que se aglomeram mães e pais enterrando seus descendentes. A crise de milhares de pessoas sequestradas pelo Estado brasileiro, de crianças sequestradas, de gente arrastada, amarrada, ignorada. A crise das mães pretas que morrem em vida, das crianças que nascem no cárcere, que sofrem, que sangram, atingidas pelo massacre patrocinado, especialmente no campo da política sobre drogas.

Chacinas não são naturais, e a Bahia tem o maior índice de chacinas entre os estados do Nordeste monitorados pela Rede nos últimos dois anos, com 74 registros. Os rastros de sangue deixados pela guerra às drogas são a continuação dos antigos rastros, derramados desde o início da colonização. As comunidades negras estão sob ataque constante, alvo de autoridades públicas, como as polícias, mas também por outros agentes encorajados pela proposta do conflito permanente. A guerra é uma opção política e tem motivado o reforço do punitivismo racial e do controle territorial através do massacre, que empurra parte significativa da sociedade, pela intensificação do medo, a apoiar ou reforçar medidas violentas para a superação dos problemas, escamoteando outros caminhos possíveis.

O corpo negro que já foi dito sem alma. A carne negra que foi mais barata. A vocação para o extermínio é característica substantiva da atuação dos aparatos estatais de controle, judiciários, policiais, dos sistemas prisional e manicomial, por exemplo, onde a morte é o meio pelo qual se dá a sua realização. É preciso se confrontar com o medo, mas não abrir mão da autoproteção. Muito pelo contrário. É preciso refundar a ideia de segurança e nos permitir o acesso digno às possibilidades da vida.

É preciso pensar como as condições de segurança permitem um melhor acesso às cidades e produzem experiências que não são organizadas a partir da repressão, da vigilância e da violência, mas sim da ocupação e das produções coletivas. Ocupar a cidade é uma forma de permitir também mais segurança para a circulação das pessoas, além de gerar renda e um conjunto amplo de oportunidades de ações educacionais e culturais. Uma agenda que possa se conectar com a luta por sobrevivência nas cidades brasileiras, e pela existência, pelo direito de não sermos exterminados, pelo direito de circularmos e produzirmos em nossos territórios e além.

O título deste texto é uma referência à obra do artista visual Jamex, morador do Nordeste de Amarlina, território negro soteropolitano de onde diz: “Absorvo tudo o que vejo. Escuto, imagino e insiro em minha própria arte. E assim cada obra minha se torna viva e genuína”. A composição do caos, a beleza da potência, o encontro com a sobrevivência e a existência negra no cenário urbano, seus signos. A descrição da sua recente exposição em Salvador, a reflexão sobre a conjuntura política, a desigualdade e os padrões sociais, “encarando suas feridas para transformá-las”. Estejamos vivas para sermos genuínas transformadoras deste estado de coisas.

**AS COMUNIDADES  
NEGRAS ESTÃO SOB  
ATAQUE CONSTANTE,  
ALVO DE AUTORIDADES  
PÚBLICAS, COMO AS  
POLÍCIAS, MAS TAMBÉM  
POR OUTROS AGENTES  
ENCORAJADOS PELA  
PROPOSTA DO CONFLITO  
PERMANENTE**

**É PRECISO  
REFUNDAR A IDEIA  
DE SEGURANÇA E  
NOS PERMITIR O  
ACESSO DIGNO ÀS  
POSSIBILIDADES  
DA VIDA**

CEARÁ

O POVO  
PRETO  
QUER  
VIVER!

VIDAS  
NEGRAS  
IMPORTAM

13  
de

AFEG



# NEGROS TÊM SETE VEZES MAIS CHANCES DE SEREM MORTOS PELA POLÍCIA QUE BRANCOS

Proporção da população e mortes pela polícia por cor  
Estado do Ceará - 2020 (em %)

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	31,6	12,8
PRETA	4,6	2,6
PARDA	62,3	84,6
NEGRA	<b>66,9</b>	<b>87,2</b>
OUTROS	1,4	0,0

Reginaldo Rodrigues, 36 anos, negro, saiu para comprar lanche, não ouviu a ordem de parada dos policiais, era deficiente auditivo, levou um tiro nas costas. Wesley Silva, 17 anos, negro, filmava uma guerra de ovo, brincadeira típica da periferia nos carnavais, quando foi morto por policiais. Francisco dos Santos, 15 anos, negro, estava em uma sinuca com amigos quando a polícia chegou atirando. A chance de uma pessoa negra ser morta durante uma intervenção policial no Ceará é sete vezes maior que a de uma pessoa branca. Das 39 vítimas dessas intervenções identificadas racialmente em 2020, 34 eram negras, enquanto apenas cinco eram brancas.

No que diz respeito aos números gerais, a letalidade policial no Ceará oscilou para cima na comparação entre 2019 e 2020. A quantidade de ocorrências passou de 136 para 145, um crescimento de 6,62%. A tendência seguiu a expansão na quantidade de crimes violentos letais intencionais (CVLI), indicador que reúne os crimes de homicídios, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte do mesmo período.

Quando observamos a cor das vítimas, notamos uma discrepância entre o percentual da população negra na população em geral (62,3%) no Ceará e no percentual de pessoas negras vítimas de agentes estatais (87,2%). O mesmo ocorre no que diz respeito à proporção de brancos na população cearense (31,6%) versus o percentual de brancos mortos por agentes estatais (12,8%). O recorte racial da violência institucional é evidente.



O indicador contempla os registros dos mortos identificados racialmente como pretos e pardos. Quando esses dados são segregados, é possível perceber um problema crônico dos órgãos de segurança pública do Ceará: a subnotificação da cor das vítimas da violência policial.

Como explicar o registro de apenas uma pessoa preta morta por agentes do Estado no Ceará, em 2020, número cinco vezes menor que o de pessoas brancas mortas? Somente quando as pessoas de cor parda são computadas conjuntamente é que podemos ter uma noção mais precisa de quão seletiva é a letalidade policial no estado. A capital cearense, por sua vez, registrou 57 casos de mortes por intervenção policial no ano passado. Desse total, 14 das vítimas eram pardas e 43 (nos registros) não possuíam cor definida.

Essa mesma questão foi abordada no relatório do ano passado, que trazia informações relativas a 2019. Do ponto de vista percentual, os índices de pessoas sem identificação racial tiveram uma queda discreta, passando de 77,2% para 73,1%. Ainda assim, trata-se de 106 vítimas “incolores”, ou seja, uma quantidade bastante expressiva, quando levamos em consideração o peso que a raça possui no modo como a abordagem policial é realizada.

Cabem ainda os seguintes questionamentos: o que as pessoas que compõem a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) entendem acerca das questões raciais? Quem pode ser definido como uma pessoa preta para tais agentes? Somente aqueles que tiverem uma cor retinta?

OS ÍNDICES DE  
PESSOAS SEM  
IDENTIFICAÇÃO  
RACIAL CRIAM  
VÍTIMAS  
INCOLORES

MARANHÃO

A "NEGRAIADA"

VAI

RESISTIR!



# A COR DOS MORTOS ESTÁ NOS JORNAIS

## Proporção da população e mortes pela polícia por cor Estado do Maranhão - 2020

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	22,1	-
PRETA	9,7	-
PARDA	66,5	-
NEGRA	<b>76,2</b>	-
OUTROS	1,7	-

Uma operação realizada pela Polícia Militar em Icatu, em setembro do ano passado, terminou com a imagem de corpos negros empilhados na carroceria de um veículo da polícia estampada nos jornais. Poucos dias depois, uma operação da polícia na cidade de Bacabeira resultou na morte de duas pessoas, com a imagem do corpo de um jovem negro publicada. Nós, nitidamente, enxergamos a cor dos mortos nessas ações, mas o governo do estado do Maranhão, não. Os dados obtidos pela Rede de Observatórios via Lei de Acesso à Informação estão incompletos, as informações sobre a raça de quem é assassinado por policiais não foram fornecidas. De acordo com a ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, as informações de cor e raça das vítimas da violência policial não são coletadas. Portanto, esse dado não existe. Perguntamos: a quem interessa essa omissão?

Ainda assim, olhando para os dados fornecidos, enxergamos o preocupante aumento de mortes em ações policiais – estampado em corpos negros nos jornais. O número de pessoas que foram vitimadas por policiais no Maranhão subiu de 72, em 2019, para 97, em 2020. A variação entre um ano e outro foi de 34,72%. Em um ano marcado pela pandemia de coronavírus, onde as pessoas circularam menos pelas cidades por conta das restrições sanitárias, quais as possíveis motivações que podem explicar esse aumento da letalidade policial no estado do Maranhão?

Uma das possíveis explicações está associada ao paradigma da guerra contra o crime, implementada por políticas de segurança que veem no enfrentamento bélico a principal forma de erradicação de grupos criminais. Também é verdade que essa política

AS INFORMAÇÕES  
SOBRE A RAÇA  
DE QUEM É  
ASSASSINADO  
POR POLICIAIS  
NÃO FORAM  
FORNECIDAS PELO  
ESTADO



de segurança voltada a uma lógica de enfrentamento violento e de uma polícia justiceira tem apoio significativo de setores da população que, reivindicando mais segurança, acabam exigindo da polícia um comportamento mais duro e mais truculento. Isso garante aos agentes da segurança uma legitimação das ações autoritárias e com utilização de força letal.

Essa intensificação da força acaba se materializando em intervenções policiais mais violentas, principalmente nos territórios periféricos, onde o objetivo principal das operações se torna a eliminação do inimigo – e esse inimigo no Brasil, como pode ser observado nos números da letalidade policial em outros estados acompanhados pela Rede de Observatórios, são as pessoas negras. Uma prova de que a política de segurança brasileira, além de ser pautada pela lógica da guerra, é também pautada pelo racismo, uma vez que é entre os corpos negros que se concentram as vítimas da letalidade policial.

Infelizmente, no Maranhão, somos levados a pensar que a política de segurança do estado não tem compromisso com diagnósticos, com a implementação de políticas públicas de segurança e com o impacto que elas podem gerar em determinados grupos sociais. Nesse sentido, é fundamental denunciar e reivindicar que haja maior rigor e competência na produção e na publicização de dados concernentes à violência que atinge especificamente a população negra – o que não tem sido a prática adotada pelo governo estadual.

O OBJETIVO  
PRINCIPAL DAS  
OPERAÇÕES  
SE TORNA A  
ELIMINAÇÃO DO  
INIMIGO E ESSE  
INIMIGO NO BRASIL  
É NEGRO

**PERNAMBUCO**

**ESCUTEM  
NOSSA  
VOZ**



# DESGRAÇA POUCA É BOBAGEM!

Proporção da população e mortes pela polícia por cor  
Estado do Pernambuco - 2020

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	36,5	2,7
PRETA	6,4	2,7
PARDA	55,5	94,6
NEGRA	<b>61,9</b>	<b>97,3</b>
OUTROS	1,6	0,0

No mesmo ano em que acompanhamos os milhares de mortes pela covid-19 tivemos o isolamento social, a crise econômica e o negacionismo, a polícia também matou 6.416 pessoas no país. E, como mostram os dados obtidos pela Rede de Observatórios via Lei de Acesso à Informação, o genocídio negro segue em curso. No estado de Pernambuco, houve um aumento percentual de pessoas negras executadas em ações policiais. Aliás, Pernambuco mais que dobrou o número de mortos pela polícia, com um aumento de 52,7% de um ano para o outro. O estado é o terceiro no Nordeste em casos de mortes em decorrência de intervenções policiais, perdendo apenas para Ceará e Bahia.

Entre os mortos pela polícia em Pernambuco em 2020, 97,3% eram pessoas negras. No total, 113 pessoas foram vítimas de ações policiais no estado. Dessas, 109 eram pessoas negras, três brancas, e em um caso não foi possível identificar a cor da pele. No ano anterior, o total de pessoas mortas pela polícia em Pernambuco foi de 74, e 93,1% eram negras.

Quando se analisa o percentual de pessoas negras mortas pela polícia nas capitais dos estados, Recife mostra que todas as pessoas mortas pela polícia no município são negras. Isso mesmo: o percentual é de 100% das pessoas negras mortas pela polícia em 2020. Não há o que justifique tais números. A extirpação do racismo institucional da prática da segurança pública é urgente e deve ser imediata.

Isso tudo ainda ocorreu em um cenário onde existe um esforço para a ampliação do excludente de ilicitude no âmbito do legislativo federal, numa tentativa de tornar ainda mais distante a

A EXTIRPAÇÃO  
DO RACISMO  
INSTITUCIONAL  
DA PRÁTICA DA  
SEGURANÇA  
PÚBLICA É  
URGENTE E DEVE  
SER IMEDIATA



investigação e a responsabilização para os casos onde há possibilidade de abusos e excessos. São ao menos quatro projetos de lei nesse sentido atualmente em tramitação na Câmara: PL 6125/2019, PL 9432/2017, PL 7883/2017 e PL 1595/2019.

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares-Gajop acompanha de perto algumas das famílias que perderam seus entes para a violência policial no ano de 2020. Suas narrativas, sempre tão desvalorizadas pelo Estado, teimam em reverberar na busca de justiça para os seus mortos. Famílias como a do William, morto em janeiro pela polícia enquanto participava de um baile do passinho no bairro do Ibura. A família de Jonnhy Lucindo, morto pela polícia com um tiro na nuca na cidade de Jaboatão, no mês de agosto, durante uma abordagem policial enquanto voltava de carona da oficina em que trabalhava com familiares. Ou ainda a de Marcone e Deyvison, tio e sobrinho que pescavam em um viveiro de camarão na Ilha de Itamaracá, em novembro, quando foram mortos pela polícia durante uma operação de “guerra às drogas”. Todas têm em comum o sentimento de perda, revolta e injustiça.

Existe uma busca incessante por reparação da memória de filhos e parentes. Em casos de mortes dessa natureza, existe um processo subsidiário de assassinato de biografias, assassinato social. A descrição dos casos trata-se de algo que beira o “copia e cola”, e sempre é contada apenas por um lado: o da polícia. Sabemos quem tem morrido pelo vírus, pela violência e pela polícia. Desgraça pouca é bobagem. Aqui, infelizmente em 2020 a desgraça foi, como dizemos em Pernambuco: de muita!

**EXISTE UMA BUSCA  
INCESSANTE  
POR REPARAÇÃO  
DA MEMÓRIA  
DE FILHOS E  
PARENTES DEVIDO  
AO PROCESSO  
SUBSIDIÁRIO DE  
ASSASSINATO DE  
BIOGRAFIAS**

PIAUI





# UM GENOCÍDIO EM CURSO

## Proporção da população e mortes pela polícia por cor Estado do Piauí - 2020 (em %)

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	24,4	9,1
PRETA	9,4	6,1
PARDA	64,0	84,8
NEGRA	<b>73,4</b>	<b>90,9</b>
OUTROS	2,2	0,0

Uma perseguição policial terminou com a morte de um comerciante em 28 de setembro deste ano, na Grande Santa Maria da Codipi. Cândido Constâncio de Sousa Filho, de 41 anos, negro, trabalhava em um pequeno comércio local e teve a vida ceifada pela ação desastrosa de alguns policiais militares em serviço. O fato repercutiu em todos os meios de comunicação, mas essa é uma história que se repete e que infelizmente vem se tornando cada vez mais comum. Os atingidos são, em sua maioria, pessoas negras.

Segundo levantamentos realizados pela Rede de Observatórios da Segurança, com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, 90,9% das vítimas da violência letal da polícia no estado do Piauí são negras. Nessa mesma direção, a capital Teresina ocupa o terceiro lugar das capitais monitoradas, com 94% de letalidade da população negra por atividade policial. Esse número expressa uma realidade preocupante. Destaca-se ainda que 73,4% da população se declararam negros no Piauí. Tais dados reunidos configuram um genocídio negro em curso.

A crescente violência na capital e em outras cidades do estado do Piauí é consequência de múltiplos fatores, que vão desde a presente desigualdade sociocultural à inócua atuação do Estado no enfrentamento dessas questões com a implementação de políticas públicas, em especial para as juventudes, e falta de investimento nos sistemas de segurança pública e qualificação aos policiais militares.

Outro fator que não se pode deixar de mencionar é que a vertiginosa violência se apresenta como fruto de uma política de segurança pública extremamente equivocada, que, além de não perceber as manifestações do racismo estrutural, ganha contorno na filtragem policial, direcionando as ações policiais para um público específico de “pele-alvo”. Soma-se a isso a ausência de estratégias no Plano Estadual de Segurança Pública.

Omitir-se e/ou ignorar ações voltadas para o enfrentamento da violência de Estado contra pessoas negras contribui significativamente na atuação das forças de segurança e impacta diretamente na configuração desse quadro de letalidade. Por outro lado, parece haver pouca atuação dos órgãos de controle externo como a Defensoria Pública e o Ministério Público, dentre outros, em relação ao quadro da letalidade que extermina a população negra.

AS AÇÕES  
POLICIAIS SÃO  
DIRECIONADAS  
PARA UM PÚBLICO  
ESPECÍFICO DE  
“PELE-ALVO”

RIO DE JANEIRO

A  
DEMOCRACIA  
NUNCA CHEGOU  
NAS FAVELAS



# A CULPA É DO PRESENTE DE GREGO

**Proporção da população e mortes pela polícia por cor  
Estado do Rio de Janeiro- 2020 (em %)**

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	47,4	14,0
PRETA	12,1	31,2
PARDA	39,6	54,8
NEGRA	<b>51,7</b>	<b>86,0</b>
OUTROS	0,9	0,0

O *modus operandi* da polícia do Rio de Janeiro é o confronto fundamentado no racismo: o uso indiscriminado da força letal com o emprego de fuzis, helicópteros e veículos blindados por parte das forças policiais, em áreas densamente habitadas em sua maioria por pessoas negras – o território inimigo. Graças a essa lógica, em maio de 2021 assistimos a um dos episódios mais sangrentos da cidade do Rio de Janeiro: a maior chacina policial da história da cidade, com o registro de 27 civis mortos no Jacarezinho. Mortes ocorridas com anuência do Ministério Público e aprovadas pelo governador Cláudio Castro – o presente de grego que Wilson Witzel deu aos cariocas. De lá para cá, chegamos a 38 chacinas, 27 provocadas por agentes do Estado, entre janeiro e outubro. Ou seja, 71% das chacinas no estado do Rio são de autoria de agentes do Estado.

Pouco tempo depois das mortes do Jacarezinho, nos chocamos com outro crime, a morte de Kathleen Romeu e seu bebê ainda na barriga: ela foi vítima de mais um presente de grego, a tróia policial. Nas favelas, policiais ficam de tocaia em casas de moradores invadidas, na mata ou em outro local onde possam se esconder, aguardam até que um alvo que considerem suspeito apareça e atiram para matar sem aviso de operação, sem voz de prisão, de surpresa. A tróia é uma prática ilegal. Os agentes atiram sem se importar com quem está passando no momento. Qualquer um pode ser atingido. Eles não se preocupam pois enxergam os moradores das favelas de forma desumanizada. Foi dessa

**OS AGENTES  
ATIRAM SEM  
SE IMPORTAR  
COM QUEM ESTÁ  
PASSANDO  
NO MOMENTO.  
QUALQUER  
UM PODE SER  
ATINGIDO**



forma que uma mãe negra e uma criança que nem mesmo tinha chegado ao mundo tiveram suas vidas interrompidas.

E nem mesmo sabemos se as mortes de Kathleen e seu bebê estão nas estatísticas oficiais de mortes por policiais, porque quando não há confronto (quando as vítimas são mulheres, crianças e idosos) essas mortes são classificadas como homicídios e não como mortes decorrentes de ação policial. Da mesma forma, as mortes das primas Emilly e Rebecca, em Duque de Caxias (Baixada Fluminense), enquanto brincavam na porta de casa, não entram no índice de 86% de pessoas negras mortas pela polícia em 2020.

Falamos de um universo em que oficialmente 86% dos mortos pela polícia no estado são pessoas negras, um dado que se mantém pelo segundo ano seguido mesmo com a queda do número geral de mortos; mas esse número pode ser maior, por conta dessas mortes não incluídas. Em dezembro de 2021, também na Baixada Fluminense mas dessa vez em Belford Roxo, assistimos a imagens de uma câmera de segurança que mostrava a abordagem policial de dois rapazes negros em uma moto em uma rua escura e deserta. Os amigos Edson Arguinez Junior, de 20 anos, e Jordan Luiz Natividade, de 18 anos, que em momento algum reagiram à ação, foram encontrados mortos em um ponto afastado do local. Se não fosse por essa filmagem, a autoria do crime não seria conhecida. Muitos crimes seguem sem desfecho, principalmente na região metropolitana, e não entram nas estatísticas.

A verdade é que no Rio de Janeiro entra e sai governador, mas a política de “mirar na cabecinha” continua. Quantos mais vão morrer nas mãos da lógica racista do Estado?

**MUITOS CRIMES  
SEGUEM SEM  
DESFECHO,  
PRINCIPALMENTE  
NA REGIÃO  
METROPOLITANA, E  
NÃO ENTRAM NAS  
ESTATÍSTICAS**

SÃO PAULO

NEM BALA  
NEM FOME  
NEM COVID





# O RACISMO É COTIDIANO, MINEÁPOLIS É AQUI

Proporção da população e mortes pela polícia por cor  
Estado de São Paulo - 2020 (em %)

COR/RAÇA	CENSO IBGE	MORTES PELA POLÍCIA
BRANCA	63,7	36,5
PRETA	5,4	7,8
PARDA	29,4	55,6
NEGRA	<b>34,8</b>	<b>63,4</b>
OUTROS	1,5	0,1

Cinco dias depois da morte de George Floyd, em Mineápolis, nos Estados Unidos, uma mulher negra, comerciante, de 51 anos, dona de um bar na comunidade de Parelheiros, foi algemada, jogada ao chão e teve o pescoço pisado por um policial. A agressão, segundo ela, a fez desmaiar quatro vezes. Testemunhas também filmaram a cena, como no caso Floyd. Ela poderia ter se tornado uma das vítimas entre as pessoas negras mortas pela polícia de São Paulo no último ano.

Foram 814 mortos pela polícia de São Paulo em 2020. Do total de homicídios, houve registro de raça das vítimas em 770 ocorrências. Em 63,5% dos casos, as vítimas eram negras (pretas, 7,8%; e pardas, 55,6%). A proporção de pardos e pretos entre os mortos é quase o dobro do percentual desse mesmo grupo na população paulista (34,8%). A situação se inverte no caso dos brancos, que representam 63,7% da população de São Paulo, enquanto 36,5% entre os mortos pela polícia.

Esses números foram alcançados apesar de toda a ação que os movimentos sociais impuseram em 2020 após os dois episódios citados. Os protestos chegaram a São Paulo, com a sociedade civil indo às ruas clamar contra a violência policial e bradar que “vidas negras importam”. A pressão surtiu efeito, mas não foi suficiente para interromper as engrenagens do racismo estrutural que no ano passado provocou a morte de mais de duas pessoas por dia no estado – negras, em sua grande maioria.

Apesar dos números, as manifestações fizeram o governo repensar a forma com que estava conduzindo essa instituição. A maior parte dos casos de violência policial ocorreu entre janeiro e maio do ano passado – que, mesmo durante a pandemia, teve registros recordes. A partir de junho, porém, as ocorrências de homicídios diminuíram, e 2020 se encerrou no mesmo patamar de violência



que o ano anterior. No entanto, as injustiças cotidianas e reais vividas principalmente pelos moradores negros de bairros periféricos estão representadas por essa comerciante brutalmente agredida.

O governo prometeu ser duro com os responsáveis pela ação em Parelheiros. Mas, pouco mais de um ano depois, a vítima do caso, a mulher que quase morreu estrangulada pelo PM, foi acusada de quatro crimes: infração de medida sanitária preventiva, desacato, resistência e lesão corporal (nesse caso, os PMs seriam as vítimas das agressões). Os policiais também foram indiciados pela Justiça Militar, mas aguardavam o julgamento em liberdade.

O racismo é cotidiano. Outras injustiças se repetiram. No dia 14 de junho, o jovem negro Guilherme Guedes, de 15 anos, foi sequestrado em frente à casa onde morava, na Vila Clara. Horas depois, ele foi encontrado morto. Dois policiais, filmados na frente da casa da vítima, foram acusados de homicídio. Eles trabalhavam como seguranças privados na região e teriam confundido Guilherme com o autor de furtos em um canteiro de obras do bairro. Em outubro deste ano, contudo, o júri popular absolveu um dos policiais acusados do crime, para a revolta da família.

Dias depois da absolvição, familiares de Guilherme passaram a ser intimidados pela polícia. Uma dessas visitas ocorreu num sábado às 23 horas, quando PMs da Força Tática foram filmados batendo na casa da avó de Guilherme para interrogá-la. Visitas continuaram a ocorrer nos dias seguintes. Para aquela família, formada por negros e pobres, não bastava a tragédia da morte impune de um menino de 15 anos: teriam que lidar com o medo.

A verdade é que pessoas negras precisam temer pela vida diariamente, nunca se sabe quando sua marmita será confundida com um revólver, como aconteceu com Gabriel Hoytil Araújo, jovem negro de 19 anos, morto em operação da Polícia Civil no Morro do Piolho, em outubro deste ano. De manhã, você sai para trabalhar e só resta a marmita suja de sangue ao final do dia.

**A VERDADE É  
QUE PESSOAS  
NEGRAS PRECISAM  
TEMER PELA VIDA  
DIARIAMENTE,  
NUNCA SE SABE  
QUANDO SUA  
MARMITA SERÁ  
CONFUNDIDA COM  
UM REVÓLVER**

# QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS

Baseados em sete estados, os integrantes da Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

CEARÁ



Ana Letícia Lins



Dudu Ribeiro

BAHIA



Luciene da Silva  
Santana



Ricardo Moura



Cesar Barreira



Juliana Gonçalves



Bruna Sotero



Amanda Pinheiro



Ana Paula Andrade



Pablo Nunes



Itamar Silva



Pedro Paulo  
da Silva



Jonas Pacheco



Renato Cafuzo



Silvia Ramos

RIO DE JANEIRO



## PERNAMBUCO



Dália Celeste



Deila Martins



Bruno Paes Manso



Edna Jatobá



Francine Ribeiro

## SÃO PAULO



Luiz Eduardo  
Lopes Silva



Thiago Brandão  
Lopes

## MARANHÃO



Elton Guilherme



Lila Cristina  
Xavier Luz



Marcondes Brito  
da Costa



Maria D'alva Macedo  
Ferreira

## PIAUÍ



REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



[observatorioseguranca.com.br](http://observatorioseguranca.com.br)



@redeobservatorios



@rede\_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PERNAMBUCO

PIAUÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD  
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE  
CANDIDO  
MENDES